

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» SERVIÇOS PÚBLICOS

Oposição ameaça ir à Justiça para ter detalhes sobre o "Tudo Aqui"

"Tudo aqui", por R\$ 3 bi, é questionado

A bancada de oposição ao governo estadual ameaça recorrer à Justiça para obter mais informações sobre o projeto "Tudo Aqui Paraná", que promete agilizar serviços aos cidadãos a um custo de R\$ 3 bilhões por 25 anos. O secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, afirma que não há irregularidades.

Base governista derrubou pedidos de informação. Secretário do Planejamento vai à Assembleia falar sobre a proposta, mas reunião será a portas fechadas

Euclides Lucas Garcia

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa promete entrar com um mandado de segurança na Justiça para obter mais detalhes a respeito do projeto "Tudo Aqui Paraná". Ontem, a bancada do governo rejeitou dois requerimentos dos

oposicionistas que pediam informações sobre o programa e um terceiro que convocava o secretário estadual do Planejamento, Cassio Taniguchi, para ir à Casa explicar o assunto. Amanhã de manhã, ele vai se reunir com os deputados, mas a portas fechadas, no gabinete da presidência.

Além da convocação do secretário, a oposição, que alega falta de transparência ao longo de todo o processo, solicitava uma série de informações ao governo: formas de divulgação do edital de licitação, base de cálculo que embasou o valor total do contrato, cópia de documentos da concorrência e estimativa de gastos para a administração pública com o programa. Pelo projeto, que ainda está em fase de licitação, uma empresa será contratada pelo governo para implantar e operar nove unidades de atendimento ao cidadão no Paraná. O valor do contrato, que será de 25 anos prorrogáveis por mais 25, é de quase R\$ 3 bilhões.

Queda de braço

"A precariedade [do edital] choca qualquer cidadão. Não se fala, por exemplo, quantos funcionários serão neces-

sários no programa, quanto custará cada cargo", criticou o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT). "Qualquer prefeito que fizesse isso, no dia seguinte, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Polícia Federal estariam na porta da sua casa."

Em resposta, o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), argumentou que o mesmo programa tem ótimos resultados em vários estados do país. Segundo ele, em São Paulo, por exemplo, foram 3 milhões de atendimentos em dois anos e um índice de aprovação de 98% ao chamado Poupatempo. O parlamentar propôs, inclusive, que seja formada uma comissão de deputados para visitar o projeto em outros estados. "Estamos cansados de ouvir teorias conspiratórias, suspeitas infundadas e delírios ideológicos. Queremos apenas facilitar a vida da população", afirmou.

O tucano ressaltou ainda que, na reunião com Taniguchi, os deputados interessados terão liberdade para esclarecer qualquer dúvida a respeito do programa. Segundo ele, se o secretário falasse em plenário, a oposição "faria um teatro, tentando politizar o assunto".

CONTINUA

KOMO SERÁ

CONTINUAÇÃO

Entenda como deve funcionar o programa bilionário do governo que vem causando polêmica nos últimos dias:

Regras do contrato

Uma empresa será contratada, na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), para implantar e operar nove unidades de atendimento ao cidadão no estado. Serão três centros em Curitiba, além de um em Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

A expectativa do Executivo estadual é que cada unidade reúna 34 órgãos e 171 serviços de todas as esferas públicas, como emissão das carteiras de identidade e de habilitação e solicitação da 2ª via de contas de luz e água. No entanto, prefeituras e a União ainda não foram consultadas e podem, simplesmente, dizer que não querem integrar o programa.

O valor do contrato, que será de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos, é de quase R\$ 3 bilhões no total. Pelo edital, o governo pagará R\$ 9,9 milhões mensais para a empresa que vencer a concorrência. Os envelopes com as propostas devem ser abertos no dia 25 de abril.

Divergências

O governo argumenta que a medida vai agilizar e unificar uma série de serviços no mesmo local, além de baratear custos ao Estado.

Já a oposição defende, além da falta de transparência no processo, que a população acabará pagando duas vezes pelo mesmo serviço: à empresa, no centro de atendimento, e ao Estado, que usará recursos de impostos para remunerar a vencedora da licitação.

CONTINUAÇÃO

“Eu é que não irei ao teatro montado pelo governo. O secretário exerce um cargo público e não pode dizer ‘eu vou, mas não quero imprensa, não quero responder a perguntas que me constrojam’”, rebateu Veneri. “Todos aqui temos mais de 18 anos e somos responsáveis pelos nossos atos. O problema é que eles ficam tentando explicar o inexplicável.”

“Todos aqui temos mais de 18 anos e somos responsáveis pelos nossos atos. O problema é que eles ficam tentando explicar o inexplicável.”

Tadeu Veneri (PT), deputado estadual e líder da oposição.

CONTINUA

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Empresa procurou governo para propor projeto, diz Taniguchi

| Karlos Kohlbach

O secretário de Planejamento, Cassio Taniguchi, admitiu ontem que o governo do estado adotou um critério que acabou por restringir a participação de mais empresas na realização de projetos e estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários para a implantação do programa “Tudo Aqui Paraná”. A única empresa que se mostrou interessada a fazer o estudo foi a Shopping do Cidadão, que receberá pouco mais de R\$ 1,3 milhão pelo serviço — recurso que será pago pela vencedora da licitação.

Taniguchi explicou que a Shopping do Cidadão procurou o governo do estado e sugeriu a implantação das unidades do “Tudo Aqui”. Esta empresa foi a que desenvolveu projeto semelhante no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, entre outras capitais. A ideia é a mesma: concentrar a oferta de serviços municipais, estaduais e federais num único local. O que muda é só o nome: em São Paulo é “Poupatempo”, no Ceará é “Vapt Vupt” e no Paraná o serviço foi batizado como “Tudo Aqui”.

Diante da sugestão, contou o secretário, o governador Beto Richa (PSDB) se interessou pela proposta. No dia 12 de julho de 2011, o governo do estado baixou

um decreto autorizando empresas, num prazo de até 30 dias, a realizarem e apresentarem um estudo de viabilidade ao programa. O decreto foi publicado apenas no Diário Oficial do Estado.

Segundo Taniguchi, não existe ilegalidade nisso. No entanto, a falta de ampla divulgação acabou limitando a apresentação de novos estudos. Um dia após o governador baixar o decreto chamando empresas a apresentarem estudos, outro foi publicado. Desta vez, autorizando a Shopping do Cidadão a realizar a pesquisa.

“Foi a única empresa que apareceu. Se tivessem aparecido outras, elas teriam a mesma autorização”, justificou Taniguchi, que negou um direcionamento da realização deste estudo para a empresa Shopping do Cidadão. Ele justificou o critério adotado pelo governo de apenas divulgar a autorização para a apresentação de estudos no Diário Oficial com base na experiência de São Paulo, que recebeu mais de 500 projetos porque fez uma ampla divulgação.

“O governador [Geraldo] Alckmin (PSDB) lançou publicamente [a autorização para que empresas apresentassem estudos de viabilidade do “Poupatempo”], então vieram 500 projetos. Destes, por enquanto, muito poucos saíram efetivamente do papel. Porque houve uma ava-

lanche, por assim dizer, de interessados. E ninguém queria ser o primeiro a investir no estudo de viabilidade. Este foi o motivo pelo qual nós mudamos o critério”, explicou o secretário.

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Outro vivo

Esconde-esconde 1

Só oito dos 37 deputados presentes ontem à votação consideraram que a Assembleia Legislativa tem o dever de fiscalizar o Poder Executivo, como manda a Constituição. Um se absteve e outros 29 obedeceram a orientação do governo e votaram contra a convocação do secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, para esclarecer em plenário as dúvidas cruéis que pesam sobre o projeto "Tudo Aqui Paraná". Por placar tão elástico, foi rejeitado também outro requerimento do deputado Tadeu Veneri endereçando informações ao governo.

Esconde-esconde 2

Em razão disso, crescem as sensações (1) de que, ao contrário do que apregoa, o governo não quer saber de transparência; (2) de que há algo no ar além de aviões de carreira; e (3) de que, em razão das duas premissas, é preferível manter o interesse público na escuridão. O interesse público provém de um singelo motivo: o governo quer transferir para uma empresa privada R\$ 3 bilhões em 25 anos para explorar um negócio que, em princípio, seria de competência do Estado.

Esconde-esconde 3

Taniguchi vai à Assembleia amanhã, às 10 horas – mas usará a sala da presidência para falar a alguns deputados que quiserem comparecer. Não se tira desta reunião (entre amigos?) nenhum efeito prático do ponto de vista legal ou legislativo – mesmo porque, segundo o líder governista, a imprensa terá acesso apenas para fazer fotos no início da reunião. Depois, fecham-se as portas e os jornalistas ficarão do lado de fora.

Esconde-esconde 4

Diante de tantas recusas, restam agora dois caminhos: um mandado de segurança a ser impetrado pela oposição, já anunciado ontem; e, por iniciativa própria, o Ministério Público Intervir no assunto, como é também de seu papel.

GILBERTO GIACOIA

Pode ou deve o Ministério Público investigar?

A questão do poder de investigar do Ministério Público, envolvida na discussão da PEC 37, é muito mais profunda do que, em princípio, possa parecer. Radica no modelo de Estado que se quer adotar para a gestão da sociedade moderna. Sem dúvida, no Brasil, pelo menos nas últimas duas décadas — caracterizadas por um redimensionamento da administração pública, com expressiva ampliação dos quadros funcionais, preenchidos por critérios pouco técnicos, sob forte influência de loteamentos políticos — tornou-se cada vez mais importante o desenvolvimento de mecanismos de controle aptos a coibir os desmandos administrativos, as irregularidades e distorções extraídas do desprezo aos princípios da impessoalidade e moralidade, o afastamento da probidade nas instâncias dos mais diferentes poderes, a corrupção capilarizada e, não raras vezes, até mesmo institucionalizada, no regime republicano ultramar (a partir do centro).

De tão forte viés histórico e resistente ranço autoritário, expandiu-se, na base do nosso movimento de retomada democrática, saudável processo de reforma normativa. O Ministério Público, filho dileto dessa bandeira de luta na defesa da sociedade, vem protagonizando parte desse movimento cívico de transparência no Brasil, notabilizando-se em sua atuação proativa na implementação de leis de claro alcance social, como as da improbidade administrativa, responsabilidade fiscal, lavagem de dinheiro, ficha limpa, e acesso à informação. Esse papel do Ministério Público não é, aqui, uma anomalia jurídica ou um fenômeno isolado, mas, em todo o mundo democrático, vem ele ganhando maiúsculo status constitucional, habilitando-se com garantias que o tornam capaz de fazer prevalecer o governo das leis sobre o governo dos homens.

Ao se defender a manutenção do poder de investigar do Ministério Público não se está, pois, a adotar postura meramente corporativa, nem apenas a se invocar o que há de mais avançado nas democracias modernas (nos países mais desenvolvidos, o MP não só detém, como comanda a atividade investigatória, que é, assim, organizada de seu gabinete, pois é a instituição a destinatária imediata dela, como titular exclusiva da ação penal pública), afastado de modelos políticos não tão democráticos (hoje limitados a três: Uganda, Indonésia e Quênia vedam a investigação ministerial). Está, sim, reafirmando-se a impostergável garantia de que a democracia brasileira está consolidada, não mais se aceitando golpes contra o povo, dele retirando ou lhe restringindo direitos, como o de alcançar, finalmente, um mundo de iguais, tanto mais justo quanto mais honesto com os valores morais.

Está-se, ainda, prestigiando a própria polícia, que continua a contar, em sua função precípua de investigar, com a parceria do Ministério Público, dotado das necessárias garantias, como a da inamovibilidade, na suplementação de atividades investigatórias que lhe permitam não só exercer seu eficaz controle externo como também atingir as teias do crime organizado, os tentáculos da improbidade administrativa, os abusos do poder político e econômico e, enfim, o núcleo duro do desequilíbrio social que gera a exploração e a exclusão, de modo a prosseguir nesse caminho sem volta de um Brasil cada vez melhor e mais justo. Dizer não à PEC 37, portanto, é dever ético da cidadania digna brasileira, tão heroicamente conquistada.

Gilberto Giacoia, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pelas Universidades de Coimbra e Barcelona, é procurador-geral de Justiça do Paraná.

A PEC da legalidade

Levanta-se o Ministério Público (MP) contra a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, que confere a exclusividade da investigação criminal à polícia judiciária. Uma análise apressada do que dizem os promotores pode fazer crer que se trata de uma *diminutio* do poder de combate ao crime. Menos gente investigando, mais delitos.

Isso é falso. A PEC 37 em nenhum momento retira poder de investigação do MP — afinal, não se tira algo de quem nunca teve. A Constituição Federal, em seu art. 144, parágrafos 1.º e 4.º, afirma que a investigação criminal, exceto em caso de delito militar, é tarefa exclusiva da polícia judiciária, vale dizer Polícia Federal e polícias civis. O que a PEC vem fazer é justamente reforçar essa matéria já definida, uma vez que os promotores adentram ilegalmente em tal seara. Os eminentes constitucionalistas Ives Gandra e José Afonso da Silva já se posicionaram a favor da PEC 37: seus pareceres estão no site da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, como também a cartilha sobre o tema.

Nosso sistema constitucional é o de freios e contrapesos: missões típicas de Estado são divididas entre vários órgãos, dando mais lisura aos procedimentos e garantias sociais. Juiz julga, promotor denuncia, advogado defende, delegado investiga. Se o MP pode investigar, pelo princípio “quem pode o mais, pode o menos”, então o magistrado poderia oferecer a ação penal. Aliás, por que investigar é menos em relação a processar?

A investigação feita pelos “promotiras” não está regulada em lei, não havendo controle, ao contrário do inquérito policial, disciplinado no Código de Processo Penal com detalhes de conteúdo, formas e prazos. O indivíduo pode ser alvo de uma investigação sem se defender corretamente. A polícia investiga fatos, não pessoas; não busca um culpado, mas o culpado. O inquérito coleta provas

de culpa e absolvição, sendo um procedimento republicano e transparente, justo o contrário das pretensões do MP. O inquérito não serve para subsidiar uma ação penal, mas para apurar a verdade. Lembre-se que a investigação é como um processo, sequência de atos lógicos para apuração da autoria e materialidade de um fato, culminando com o indiciamento ou não.

O MP, enfim, ao escolher quais crimes quer investigar, rechaça o poder-dever e adota o poder-querer, elegendo apenas as ações midiáticas. O que eles querem não é resolver os crimes, mas aparecer! Os adversários da PEC sustentam que ela impedirá as CPIs e devassas do Banco Central. Mentira! Apurações administrativas e políticas continuam permitidas. O que se evita é a investigação criminal, e isso tais instituições já não fazem hoje.

A falta de aparelhamento da polícia não é desculpa para refutar a proposta. Promotores também não dispõem de estrutura para brincar de polícia. Para que investiguem a contento, devem receber aportes financeiros. Não é mais fácil que esse financiamento seja dado a quem tem missão de investigar? Os promotores não conseguem sequer dar plena conta de suas próprias tarefas e querem cumprir algo que nós, delegados, já fazemos? Investigar não é produzir papel apenas. O promotor vai imiscuir-se em quadrilhas, meter o pé no barro, pedalar porta?

A investigação do promotor, por derradeiro, o torna suspeito, dado o interesse em acusar e buscar a condenação. A prova gerada por seu procedimento é viciada, violando o princípio da paridade de armas. A investigação deve ser conduzida por alguém que não tenha o interesse em condenar: o delegado de polícia.

Rafael Vitola Brodbeck, delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, é autor de *Lei de Drogas Anotada e Inquérito Policial. Instrumento de defesa e garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana*.

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

JULGAMENTO

Acusados de matar casal de ambientalista vão a júri popular

O destino dos três acusados pelo assassinato do casal de trabalhadores rurais José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva será definido por um júri popular a partir de quarta-feira no Fórum de Marabá (PA), a cerca de 600 quilômetros da capital paraense, Belém. A expectativa é de que o julgamento de José Rodrigues Moreira, Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Lopes do Nascimento seja concluído em dois dias. Devido à grande repercussão do caso e à expectativa de que muitas pessoas queiram acompanhar o júri, o juiz responsável pelo caso, Murilo Lemos Simão, pediu que o policiamento seja reforçado. José Cláudio e Maria foram assassinados a tiros em maio de 2011, em um assentamento em Nova Ipixuna. Os dois denunciavam a extração ilegal de madeira na região em que viviam e afirmavam receber constantes ameaças de morte.

Vunesp é condenada a indenizar candidata de vestibular

A Vunesp (Fundação para o Vestibular da Unesp) foi condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) a pagar uma indenização de R\$ 6,7 mil a uma estudante de São José do Rio Pardo, no interior paulista, pelo fato de a estudante ter sido impedida, em 2010, de fazer a prova do vestibular por estar sem o documento de RG.

A estudante alegou ter conseguido fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na mesma época sem a apresentação do documento, mas apenas com a checagem das digitais. Além da indenização por danos morais, a Vunesp deverá ressarcir em R\$ 110 a estudante, valor referente à inscrição paga para a realização da prova.

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» EVANGÉLICO

Ex-chefe de UTI comparece a tribunal

↓ A médica e ex-chefe da UTI Geral do Hospital Evangélico, Virgínia Soares de Souza teve ontem uma conversa com a equipe técnica do Tribunal do Júri. O diálogo não contou com a presença do advogado e é um procedimento feito para informar os suspeitos em processos judiciais sobre os direitos e deveres durante o trâmite da ação na Justiça.

A conversa ocorreu depois que Virgínia cumpriu a decisão do despacho do juiz Daniel Surdi de Avelar, que determinou a liberdade da médica no último dia 20. No documento que libertou ex-chefe da UTI havia o pedido de que ela se apresentasse ao tribunal em toda a última quinta-feira do mês. Como na quinta-feira passada começava o recesso de Páscoa, o advogado Elias Mattar Assad, que defende a suspeita, adiou em um dia o cumprimento da determinação.

Assad diz que em dez dias apresentará uma carta com denúncias sobre irregularidades na forma como alguns órgãos da Justiça do Paraná conduziram as investigações do caso. Segundo ele, um grupo empresarial de São Paulo teve papel decisivo na forma de como foram feitas as apurações.

Polícia prende oito suspeitos de matar dois agentes penitenciários

↓ Oito suspeitos de envolvimento nas mortes de dois agentes penitenciários, em Curitiba, foram presos nas últimas semanas, conforme informou ontem a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná (Sesp). Os homens também teriam participado da tentativa de homicídio contra o agente Jair Dias, baleado no dia 25 de fevereiro, no Pilarzinho.

De acordo com a Sesp, alguns suspeitos moravam nos mesmos bairros que os agentes assassinados Wilmar Prestes da Silva e Valdeci Gonçalves da Silva, que viviam na Cidade Industrial de Curitiba e no Boa Vista, respectivamente. A maioria deles também já esteve presa, conforme a Sesp. Apesar de a nota oficial divulgar as prisões como a solução dos três casos, a Delegacia de Homicídios nega que os eventos tenham relação entre si e que sejam parte de ações de uma facção criminoso.

COLUNA DO LEITOR

Adoção

A suspeita de processos de adoção irregulares no Paraná (**Gazeta**, 29/3) requer rigorosa investigação. Seria de bom alvitre que o Conselho Nacional do Ministério Público, diligente como sempre é, instaurasse similar procedimento para colaborar com a CPI; afinal de contas, num só processo sete crianças foram retiradas do seio familiar. É muito grave, temos de passar isso a limpo.

Haroldo Danton

Crimes na web passam a ter penas específicas

Nova lei vale a partir de hoje. Invasões cibernéticas e furto de informações e arquivos podem render pelo menos três meses de prisão

A primeira legislação focada em crimes na internet a ser sancionada no país, a Lei 12.737, entra em vigor hoje. Conhecida como Lei Carolina Dieckmann, em referência à atriz que foi chantageada no ano passado após ter fotos pessoais retiradas de seu computador e divulgadas na web, a legislação considera crime o roubo de dados de cartões de débito e crédito e a invasão de aparelhos eletrônicos, como notebooks, tablets, desktops e celulares, estejam eles conectados à internet ou não.

As penas variam de três meses a dois anos de prisão, mais multa. A punição pode ser maior caso o crime seja cometido contra políticos — vereadores, deputados federais e estaduais, senadores ou o presidente da República — ou resultar em prejuízo financeiro. Também pode ter

a pena aumentada em um a dois terços quem comercializar, transmitir ou divulgar as informações obtidas a partir da invasão de dispositivos eletrônicos.

A lei ainda prevê pena de três meses a um ano de prisão, mais o pagamento de multa, a qualquer pessoa que ofereça, venda, distribua, produza ou difunda programas ou aplicativos de computadores destinados à invasão de outros aparelhos. Quem tiver sua privacidade digital invadida precisa, no entanto, prestar queixa para que o acusado possa ser responsabilizado.

Ataques

Em sua parte mais polêmica, a legislação prevê cadeia para quem intencionalmente interromper serviços de empresas na internet. No ano passado, grupos hackers promoveram uma onda de ataques contra instituições bancárias, por meio de DoS — ataques de negação de serviço. Agora, os responsáveis por esse tipo de ataque podem pegar de um a três anos de prisão. Muitos ativistas cibernéticos defendem que os ataques DoS são formas legítimas de protesto on-line.

Até hoje, a Justiça se baseava no Código Penal para aplicar punições a crimes virtuais. O caso de Carolina Dieckmann ocorreu em maio de 2012 e o projeto do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) foi aprovado na Câmara em novembro. No mês seguinte, a lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

ATÉ
3 ANOS

de prisão é a pena prevista para quem interromper serviços de empresas na internet propositalmente. Esse é o trecho mais polêmico da Lei 12.737, já que há quem defenda a legitimidade de ataques virtuais como protesto on-line.

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Aumento de cargos sem concurso causa atrito na Assembleia

■ Uma semana depois de se estranharem a respeito do volume de recursos destinados pela União ao Paraná, governistas e opositores voltaram a se enfrentar ontem na Assembleia Legislativa. O assunto da vez foi a quantidade e os gastos com cargos em comissão — de livre nomeação, que não fizeram concurso para entrar na administração pública — no governo do estado. Segundo a oposição, de 2009 para 2012, as despesas com comissionados aumentou 183%. Em resposta, a bancada do governo afirmou que a União criou 84 mil vagas comissionadas sob a gestão petista.

Presidente do PT do Paraná, o deputado Enio Verri apresentou um levantamento em que aponta a evolução de comissionados na administração direta do Executivo estadual — vagas ligadas ao gabinete do governador e às secretarias, sem considerar autarquias, fundações e empresas públicas. Segundo o petista, em 2009, na gestão de Roberto Requião, os cargos em comissão custaram R\$ 76,7 milhões aos cofres públicos. Já no ano passado, sob a administração de Beto Richa (PSDB), os gastos teriam saltado para R\$ 216,9 milhões. Um crescimento de 183%. Na mesma comparação em relação ao pagamento de servidores efetivos, porém, o aumento teria sido de apenas 45%.

Somente entre 1.º de janeiro e 19 de março, afirma Verri, o governo do estado contratou 729 comissionados, que custarão quase R\$ 46 milhões neste ano. “Ao mesmo tempo em que explodiu o gasto com comissionados, o Paraná permaneceu em estado de absoluta inércia”, criticou.

No contra-ataque, o líder do governo na Casa, Ademar Traiano (PSDB), afirmou que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff criaram juntos 84 mil vagas em comissão. Somente na Presidência da República, disse o tucano, os comissionados saltaram de 1,1 mil na gestão FHC para mais de 4 mil atualmente. “O governo Beto Richa teve necessidade de contratação de pessoal porque está entregando obras em todo o estado e precisa de funcionários para acompanhar essa modernização administrativa.”

02 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

STF descumpre prazo para publicar acórdão do mensalão

Decisão final era esperada para ontem, mas ministros Dias Toffoli e Celso de Mello não liberaram seus votos a tempo

BRASÍLIA
Das Agências

O Supremo Tribunal Federal (STF) descumpriu o prazo para publicar oficialmente a decisão sobre o processo do mensalão. A publicação do acórdão era aguardada para ontem. No entanto, até às 19 h de ontem, dois dos onze ministros que participaram das sessões de julgamento ainda não haviam entregado seus votos revisados: Celso de Mello e Dias Toffoli.

A falta de obediência ao prazo poderá causar um atraso no início do cumprimento das penas impostas aos 25 condenados por envolvimento com o esquema de compra de votos no Congresso duran-

te o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Isso porque, só depois de publicado o acórdão, os réus e o Ministério Público poderão apresentar recursos ao tribunal. Após o julgamento dos recursos, os réus condenados começarão a cumprir pena.

O julgamento terminou em 17 de dezembro do ano passado. A partir do dia seguinte, começou a correr o prazo estipulado pelo Regimento Interno do STF. Os ministros têm 60 dias para revisar seus votos e apresentar à presidência para a publicação do acórdão. O prazo é interrompido durante o período de férias e feriados oficiais.

O presidente da Corte e relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, poderia, a partir das notas taquigráficas, publicar o acórdão. No entanto, a assessoria de imprensa do tribunal informou que ele vai esperar os votos escritos e revisados dos colegas atrasados. Ontem, a assessoria do ministro Celso de Mello informou que o voto dele deverá ser apresentado ainda nesta semana, mas não há previ-

são do dia para isso acontecer. O ministro Dias Toffoli, por sua vez, informou que concluiria seu trabalho ainda ontem. O fato de o Supremo ter descumprido o prazo regimental de 60 dias para publicação do resultado do julgamento não tem implicações para o tribunal

Recurso

Além do atraso decorrente da demora para publicar a decisão, condenados tentam dilatar o prazo para apresentação de recursos. Relator do processo do mensalão e presidente do Supremo, Barbosa rejeitou um pedido dos advogados de um dos réus, o empresário Ramon Hollerbach, para que fosse dado mais tempo para apresentação de recursos.

A defesa de Hollerbach protocolou um novo pedido para que o requerimento seja analisado pelo plenário do STF. O prazo legal para os réus recorrerem da decisão é de cinco dias após a publicação. Hollerbach quer ampliar para pelo menos 30 dias. Para tanto, alegou que o processo é excepcional.

02 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ministro suspende auxílio-mudança para magistrados

Uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki suspendeu o pagamento de auxílio-mudança a dois juizes federais que foram transferidos de cidade. O pagamento do benefício está previsto na Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e pode chegar ao valor equivalente a três salários, dependendo do número de dependentes.

Na decisão, divulgada ontem, o ministro lembrou que cabe ao Supremo julgar se as restrições impostas em 2002 pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) ao pagamento do benefício afrontam a Lei Orgânica da Magistratura, que estabeleceu o auxílio para pagamento de despesas com transporte e mudança dos magistrados.

O tema ainda está em discussão no Supremo. O tribunal já havia estabelecido em 2010 que é a instância competente para decidir o assunto. Por isso, duas decisões que concediam o benefício a dois magistrados – uma da Justiça Federal do Pará e outra do Ceará – foram cassadas.

Em razão das duas decisões da Justiça Federal, a União argumentou no Supremo que a decisão de 2010 estava sendo descumprida, pois só o STF poderia se manifestar sobre o assunto. Teori Zavascki concordou com o argumento.

“A questão controvertida diz respeito ao recebimento de ajuda de custo para despesas de transporte e mudança, em decorrência de remoção de magistrado, o que, nos termos do precedente citado, atrai a competência do STF para o julgamento da causa”, afirmou o ministro em sua decisão.

Resolução. O pagamento de auxílio-mudança gera despesas vultosas ao Judiciário e, por isso, foi alvo de resolução do Conselho da Justiça Federal. O texto determinou que um juiz não poderia receber duas vezes o auxílio no período de 12 meses.

A Associação dos Juizes Federais da 1.ª Região (Ajufer) contestou as restrições impostas em ação no Supremo. Não há previsão de quando o processo será julgado. Conforme o andamento do tribunal, o processo está no Ministério Público para que seja emitido parecer sobre o caso.

Gastos. No Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o pagamento desses benefícios inflou os gastos do órgão, como mostrou o **Estado** na quinta-feira passada. O levantamento nas contas do CNJ mostrou que 36 juizes auxiliares chamados a trabalhar no órgão ao longo de 2012 receberam benefício para arcar com as despesas de suas mudanças para Brasília.

Em 2012, os gastos com o pagamento dessas ajudas para os juizes superaram R\$ 900 mil. Para morarem em Brasília, esses magistrados recebem também auxílio-moradia.

No ano passado, 36 juizes auxiliares receberam quase R\$ 700 mil para o pagamento de aluguel. O valor mensal, conforme os dados do CNJ, chegava a R\$ 3.384,15 por magistrado em 2012.

02 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Lei Carolina Dieckmann entra em vigor hoje

Nova legislação prevê pena para crimes virtuais; quem invadir computador alheio pode ser punido com até 3 anos de prisão

Nataly Costa

Entra em vigor hoje a nova lei de crimes eletrônicos, chamada de Lei Carolina Dieckmann em referência à atriz cujas fotos íntimas foram roubadas de seu computador e divulgadas na internet. O caso aconteceu em maio do ano passado e o projeto do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) foi aprovado na Câmara em novembro. No mês seguinte, a lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

A nova legislação tipifica uma série de crimes envolvendo documentos e informações armazenadas em computadores e compartilhadas na internet.

Apenas prevista para quem "invadir dispositivo informático alheio", de notebook a smartphone, com o fim de "obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa" é de 3 meses a 1 ano de prisão, além de multa.

A mesma pena será aplicada a quem produzir, oferecer ou vender programas que permitam a

invasão de sistemas e computadores alheios.

Além disso, quem violar e-mails contendo informações sigilosas privadas ou comerciais pode ser condenado de 6 meses a 2 anos de prisão. A pena será aumentada em até dois terços se houver divulgação ou comercialização dos dados furtados.

Quem tiver sua privacidade digital invadida precisa, no entanto, prestar queixa para que o acusado possa ser responsabilizado. A lei ainda prevê de 1 a 3 anos de prisão para quem, intencionalmente, interromper o serviço de internet de outra pessoa.

Até hoje, o País não tinha lei específica para crimes de informática. A Justiça se baseava no Código Penal para aplicar punições.

Extorsão. A atriz Carolina Dieckmann teve 36 fotos furtadas de seu computador. Uma pessoa passou a chantageá-la por e-mail e exigiu o pagamento de R\$ 10 mil para que as imagens não fossem divulgadas. Quatro suspeitos foram identificados. À época, as fotografias foram parar até no site da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que foi hackeado.

Homicídios em casa crescem 61% em 10 anos

O número de mortes provocadas por armas de fogo em residências cresceu 61,44% entre 2000 e 2010, segundo o estudo Mapa das Armas de Fogo nas Microrregiões Brasileiras, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O estudo foi realizado com base nos dados do Sistema Único da Saúde (SUS). O Ipea concluiu que o Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003, produziu "efeitos significativos" para diminuir as taxas de homicídio. Vinte microrregiões (locais com mais de 100 mil habitantes) foram analisadas. Nos locais identificados como os que têm mais armas nas mãos da população, a taxa média de homicídios foi de 53,3 por 100 mil habitantes em 2010. Nas 20 microrregiões identificadas como as que têm o menor número de armas, é de 7,2.

Estoque. Outro estudo apresentado pelo Ipea ontem mostra que o número de compras de armas de fogo caiu de 57 mil em 2002 e 2003 para 37 mil em 2008 e 2009. O estudo se baseia em informações das Pesquisas de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TUTTY

Cadela de Caras

Com a transferência de Nicolau dos Santos Neto para Tremembé, o presídio do interior de São Paulo se consagra como uma espécie de 'Ilha de Caras' do crime. Só recebe presos famosos! Alexandre Nardoni e os irmãos Cravinhos deram as boas-vindas ao juiz aposentado. Imagina a festa quando o Zé Dirceu for em cana!

SÔNIA RACY

Dolce vita

Vistos no Fasano do Rio, este feriado, **Carlinhos Cachoeira** e sua **Andressa**. Na piscina, de boné e óculos escuros, o contraventor passou quase despercebido. Bem como no jantar de sexta-feira santa, no Fasano Al Mare.

02 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dosagem alcoólica por si não define infração penal

A concentração de álcool acima da quantidade máxima prevista na Lei Seca — seis decigramas por litro de ar expelido dos pulmões — não significa, necessariamente, que o motorista esteja com sua capacidade psicomotora alterada e, portanto, possa por em risco a segurança no trânsito. Com esse entendimento, a 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio acolheu os embargos interpostos por Juliano Silva Dias. O acórdão foi proferido no dia 14 de março.

O motorista reivindicou, primeiro, a manutenção da sentença de absolvição do juiz da 11ª Vara Criminal da Capital, Alcides da Fonseca Neto, e, depois, a prevalência do voto vencido da desembargadora Rosa Helena Penna Macedo, da 3ª Câmara Criminal, no julgamento de uma apelação interposta pelo Ministério Público.

“De acordo com a denúncia, o recorrido, ao ser parado aleatoriamente em uma blitz da denominada ‘Operação Lei Seca’, submeteu-se ao teste do bafômetro, que resultou positivo. Em nenhum momento o parquet [Ministério Público] descreveu, na inicial, que o recorrido estivesse de modo anormal”, diz a decisão.

Segundo o voto, “não basta o ‘consumo’ para que se esteja ‘sob a influência de’. É preciso mais. É preciso que este consumo, não necessariamente muito exagerado, reduza no condutor a sua plena

aptidão para conduzir veículos automotores, colocando em risco, assim, a segurança no trânsito”.

INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em sua conclusão, o acórdão aponta a necessidade de se indicar o fato exterior que denuncie que o motorista está sob a influência de álcool, ou seja, “a conduta anormal, a qual já é suficiente para expor a risco a segurança viária, e não apenas afirmar que foi ultrapassado o limite legal de concentração de álcool no sangue, que constitui tão somente infração administrativa”.

Levantamento do TJ-RJ, divulgado no dia 26 de março pelo jornal O Dia, aponta que em quatro anos de vigência da Lei Seca foram registradas 283 absolvições e 96 condenações. A justificativa para o número reduzido de punições reproduz o teor do acórdão da 8ª Câmara Criminal citado: não ficou comprovado que o motorista representou risco nas ruas, apesar de ter bebido.

Desde janeiro, pela resolução 432 do Conselho Nacional de Trânsito, basta um gole de bebida alcoólica para o motorista receber multa de R\$ 1.915,40 e suspensão da carteira em até um ano. Na esfera criminal, a embriaguez pode ser identificada inclusive com testemunhas e vídeo.

Reajuste de plano de saúde de 150% é abusivo

Por considerar abusivo um aumento de 150% no valor do plano de saúde de um cliente na faixa etária dos 60 anos, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a Amil diminua o reajuste para 50% e devolva o valor pago a maior, corrigido e com juros.

Após tentativa de conciliação, a Amil apresentou contestação e o advogado Percio Farina, que representa o cliente, pediu a aplicação da súmula do TJ-SP que regula a matéria. Ao analisar os autos, o juiz considerou “o aumento previsto em contrato aos 60 anos é abusivo, há que fixado de forma abusiva, em mais de 150%, merecendo, pois, revisão, já que funciona como verdadeira causa expulsatória do idoso, colocando o consumidor em desvantagem exagerada, razão pela qual diminuo o aumento aos 60 anos para 50%”.

Em sua argumentação, o juiz observou que “o aumento com base na alteração de assistência de idade do segurado, tal como sempre previsto nos contratos de plano de assistência de saúde, é da essência do contrato”. De acordo com o juiz, este aumento não ofende o disposto no artigo 15, parágrafo 3º, do Estatuto do Idoso, e citou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Em julgamento de Recurso Especial, o ministro Luis Felipe Salomão, afirmou que é possível abstratamente o reajuste decorrente de alteração de faixa etária acima de sessenta anos sem violação do artigo 15, parágrafo 3º do Estatuto do Idoso, pois não se trata de discriminação do idoso, mas de efetivo aumento de probabilidade de risco que justifica a majoração.

02 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEC de Sérgio Souza que cria TRF/PR está na pauta do Senado

Além de discutirem as novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a concessão de auxílio para regiões atingidas pela seca, os senadores deverão apreciar ainda esta semana a criação de novos tribunais federais, prevista na pauta do Plenário. Estão previstas para votação as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 42/2012, que cria um tribunal federal no Paraná, de autoria do senador Sérgio Souza, e as PECs 86/2011 (Mauaus), 46/2012 (Belém), a 61/2012 (Fortaleza).

Hoje, haverá Ato Público pela Criação dos Tribunais Regionais Federais, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, às 11h. O evento é organizado pelo senador Sérgio Souza, coordenador no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos

Novos TRFs, e do deputado federal, Amauri Teixeira (PT/BA).

O senador Sérgio Souza, que tem defendido a criação do TRF no Paraná desde que assumiu o mandato, em 2011, entende que o novo tribunal é necessário para permitir o acesso de todos os cidadãos à Justiça, especialmente aqueles que vivem longe das capitais. "São muitos os casos em que as dificuldades de mobilidade no território nacional desestimulam o indivíduo a procurar por seus direitos", afirmou.

Panorama Político

ASSUNTOS PREOCUPANTES

O entusiasmo que ocorreu no Paraná nos últimos dias, em função da aprovação em primeira discussão de emenda à Constituição que cria um Tribunal Regional Federal no estado, juntamente com mais três outros TRFs, não é garantia plena. Outros projetos têm esbarrado em interesses que postergam a segunda votação. No caso presente, a resistência dos gaúchos preocupados com o esvaziamento do TRF4. Apoiados agora na manifestação do ministro Joaquim Barbosa, embora a divergência deste com tais criações de TRFs, tenha outra motivação: o "inchaço" de funcionários nos cinco já existentes. Situação parecida com um tema em discussão no Paraná. Pretende-se aqui criar estruturas em várias das principais cidades do estado, concentrando atendimento de serviços públicos num único local. Espécie de "Ruas da Cidadania" construídas por Rafael Greca quando prefeito de Curitiba. Claro está que a utilidade dessas novas instalações deve ter sido bem avaliada pelo planejamento estadual. Independente dos novos custos em que isso implicaria, e até no fato de se entregar serviços públicos à iniciativa privada, um ponto não ficou muito claro para o colunista: que fim se daria às estruturas hoje dispersas em vários pontos das cidades escolhidas para sediar tais benfeitorias? E os funcionários existentes em tais unidades a serem absorvidas, que destinação teriam, na medida em que a empresa ganhadora da concorrência para tocar os serviços deverá ter sua própria estrutura funcional. Como se vê, um assunto cuja discussão deve ser muito aprofundada, até por que um outro governo que venha a substituir o atual, como costuma acontecer neste país, pode trazer tudo de volta à estaca zero.

02 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria tem de mudar gestão, afirmam candidatos

Rodrigo Janot e Sandra Cureau

querem comandar Ministério Público Federal

**Subprocuradores que
querem substituir
Gurgel defendem
nova organização no
Ministério Público**

Os subprocuradores-gerais Rodrigo Janot e Sandra Cureau, candidatos ao cargo máximo no Ministério Público Federal, pretende reorganizar os serviços na Procuradoria-Geral da República, a começar pelo gabinete do atual titular, Roberto Gurgel.

“Temos colegas preparados que podem contribuir”, afirma Janot. Cureau também pretende dividir as atribuições do gabinete e empenhar-se em mostrar à sociedade o que o Ministério Público Federal estiver fazendo.

Cureau quer retomar reuniões semestrais com as chefias e visitar periodicamente as unidades. “O procurador-geral não pode ficar encastelado aqui [em Brasília]”, diz.

Para Janot, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deveria ter liderado os mutirões carcerários, protagonismo que o Conselho Nacional de Justiça assumiu.

Janot, Cureau, Deborah Duprat e Ela Wiecko [as duas últimas com entrevistas publicadas ontem] são candidatos à lista tríplice que a Associação Nacional dos Procuradores da República vai eleger no dia 17. Os nomes dos mais votados serão enviados à presidente Dilma Rousseff.

CONTINUA

02 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ministério Público está isolado e precisa dialogar mais, diz Janot

A seguir, trechos da conversa com o subprocurador-geral da República Rodrigo Janot com a **Folha**. (FV)



Folha - O MPF está isolado da sociedade?

Janot - Ele está passando por um processo de isolamento com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo. Com a sociedade, o problema é uma falta de uma comunicação mais direta. Nesse sentido, está isolado, sim.

Como vê as pressões contra Gurgel pelos senadores Renan Calheiros e Fernando Collor?

Acho que esse assunto se insere dentro da falta de diálogo. O isolamento institucional leva também ao esgarçamento das relações. É necessário restabelecer urgentemente o diálogo. É bom para o Parlamento, é bom para o Ministério Público, é bom para a República.

Acha que a PEC 37 vai passar?

Se passar, será um desastre. A gente não tem investigação exclusiva, mas quer participar da investigação.

Acredita que o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal abrirá caminho para a contestação das provas? Há risco de que qualquer procurador abra processos com base na teoria do domínio do fato?

Acho que isso não vai transbordar. O grande receio é que a aplicação da tese do domínio do fato leve a uma quase responsabilidade objetiva. Temos um Poder Judiciário muito atuante, muito atento. Não se pretende [isso] e ninguém quer.

Como avalia a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público? O órgão é criticado sob a alegação de não ser rigoroso em relação a casos de inépcia de procuradores e promotores.

Acho que, na parte disciplinar, até que o conselho nacional tem atuado. A crítica que eu faço é na parte de protagonismo junto ao Ministério Público como um todo. O CNJ é muito mais atuante. Falta ao CNMP planejamento de metas, campanhas. O CNJ assumiu o grande mutirão na execução penal. Esse protagonismo deveria ter sido assumido pelo CNMP.

CONTINUA

02 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para Cureau, mensalão acabou com pecha para a Justiça do país

A subprocuradora-geral da República Sandra Cureau acha que os réus condenados do mensalão vão tentar protelar, de todas as formas, o resultado do julgamento. Para ela, o processo criminal foi importante, porque elimina a "pecha de que só se condena ladrão de galinha". (FV)

Folha - O MPF está isolado da sociedade?

Cureau - Eu não acho que esteja isolado nem distanciado da sociedade. Um estudo apurou que 85% das ações civis públicas são ajuizadas pelo Ministério Público. A sociedade brasileira confia no Ministério Público.

Acha que a PEC 37 vai passar?

Espero, sinceramente, que não. Isso seria um mal para o Brasil. Existem situações em que o Ministério Público precisa investigar. E vai haver investigações que não precisam ser dele. Acho que os poderes investigatórios do Ministério Público não podem se chocar com os da polícia; a gente tem que trabalhar em harmonia.

O julgamento do mensalão abrirá caminho para a contestação das provas? Há risco de que qualquer procurador abra processos com base na teoria do domínio do fato?

Eu não participei em nenhuma fase desse processo. Acredito que os réus condenados vão tentar de todas as formas protelar o trânsito em julgado dessa decisão. Até porque existe na esfera penal o instituto da prescrição e normalmente o réu, principalmente o réu economicamente bem aquinhado, se vale disso. O STF é soberano no julgamento e se ele julgou e entendeu que as provas eram suficientes, seria mostrar para a sociedade brasileira que o Brasil amadureceu. Que condena, sim, réus que tiveram cargos e funções importantes. É importante tirar essa pecha de que aqui só se condena ladrão de galinha.

A sra. acha que o Ministério Público é transparente?

Sim. Alguns mais que os outros. Pela evolução que o Brasil está vivendo, essa transparência vem sendo mais exigida. Onde não existe, vai ter que existir.

02 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF atrasa publicação de votos do mensalão

Demora de ministros na revisão impede tribunal de publicar decisão do julgamento no prazo previsto pela lei

Advogados de réus aguardam votos para apresentar recursos com objetivo de reduzir penas dos condenados

O STF (Supremo Tribunal Federal) não conseguiu publicar dentro do prazo o acórdão do julgamento do mensalão, documento que oficializa o resultado, já que nem todos os ministros liberaram a revisão dos votos proferidos.

O regimento do Supremo diz que essa publicação — que contém um resumo do que foi decidido e os votos dos ministros — deve ocorrer até 60 dias depois do final da análise do caso, sem contar recesso e feriados. Para o mensalão, esse prazo terminou ontem.

Acontece que não existe punição se essa data for desrespeitada. No final do ano passado, mais de 2.000 julgamentos do STF estavam sem acórdão publicado.

Até a semana passada, faltavam a liberação da revisão dos votos de Rosa Weber, Dias Toffoli e Celso de Mello.

Ontem, o Supremo informou que os ministros Weber e Toffoli já liberaram a revisão de seus votos. Falta, portanto, apenas a revisão de Mello. De acordo com o seu gabinete, isso ocorrerá assim que possível, provavelmente ainda nesta semana.

Cabe ao relator da ação do mensalão, Joaquim Barbosa, publicar o documento, mas ele já informou que só fará is-

so quando todos os ministros liberarem os votos.

A publicação do acórdão é fundamental para que o julgamento seja efetivado.

A partir da divulgação do documento, será aberto um prazo de cinco dias para que os advogados o analisem e entrem com recursos.

Na semana passada, Barbosa negou dois pedidos de advogados dos réus para ter acesso aos votos antes da publicação do acórdão.

Ontem, a defesa do réu Ramon Hollerbach entrou com recurso contra a decisão sob o argumento de que a ampliação do prazo deve ser analisada em plenário. Até a conclusão desta edição não havia resposta sobre esse novo pedido.

02 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Longe da trégua

Após pedido encaminhado por Márcio Thomaz Bastos, Joaquim Barbosa aceitou conceder audiência, prevista para ontem, aos defensores dos réus do mensalão no Supremo Tribunal Federal. Barbosa, que não costuma receber advogados, convidou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para a reunião. Mas, devido à recusa do presidente da corte em dar mais prazo para análise do acórdão do julgamento, que deve sair na sexta-feira, os criminalistas desistiram do encontro.

Prioridades Feliciano pediu ao ministro Ricardo Lewandowski o adiamento de audiência marcada para o dia 5 no STF no processo em que é acusado de estelionato. Ele alega ter outro compromisso no mesmo dia.

“tiroteio”

Lamento o acórdão do mensalão não ter sido publicado pelo Supremo justamente no 1º de abril, conhecido como Dia da Mentira.

DE LUIZ FERNANDO PACHECO, advogado do deputado José Genoíno, sobre a expectativa, não confirmada, de que o texto final do julgamento sairia ontem.

A Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia promove hoje, a partir das 10 horas, uma audiência pública no Plenarinho da Casa para debater os serviços de internet banda larga no Paraná. Foram chamados para participar do evento os diretores das principais empresas que fornecem o serviço no estado e representantes do Procon, do Ministério Público, da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), da Delegacia de Defesa do Consumidor, do Tribunal de Justiça e do Conselho de Usuários dos Serviços de Telefonia do Paraná. Até a tarde de ontem, as empresas GVT, NET, Oi, Vivo e Copel já haviam confirmado presença, assim como a representação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em Curitiba. Entre os problemas mais frequentes está a queda do sinal e a não entrega da velocidade contratada.

Defensoria

Já a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia, em conjunto com o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (Coped), promove hoje, a partir das 9 horas, no Plenarinho da Casa, audiência pública sobre o processo de implantação da Defensoria Pública do Paraná. Confirmaram presença no evento o diretor do Departamento de Direitos Humanos e da Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça, José Antonio Peres Gediel; a defensora pública geral Josiane Fruet Lupion; a defensora pública do Rio de Janeiro e da Associação Nacional de Defensores Públicos Carolina Anastácio; o presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos, Rafael Português; o coordenador executivo da ONG Terra de Direitos, Fernando Prioste; e um representante do Centro de Estudos Políticos Che Guevara, de Londrina, Carlos Henrique Santana. O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Tadeu Veneri (PT), disse que é importante a participação da sociedade no debate que tem o propósito de definir ações para acelerar a estruturação da Defensoria Pública paranaense.

Uniforme com propaganda alheia gera indenização

Um trabalhador que era obrigado a usar uniforme com propagandas dos produtos comercializados por uma grande rede de hipermercados receberá indenização por dano moral, a partir do argumento de que a empresa usou a "imagem do empregado para divulgar marcas alheias como se ele fosse uma espécie de cartaz ambulante". A decisão foi tomada pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ao não dar provimento ao recurso de embargos interposto pelo supermercado, que pretendia reformar a decisão de instâncias anteriores. O trabalhador recebeu da empresa, como uniforme de trabalho, camisetas com logotipos de marcas de diversos produtos comercializados pelo hipermercado: palha de aço, aparelhos de barbear, sabão em pó, alimentos, bebidas, entre outros. Ao sentir que teve o uso da sua imagem violado, ajuizou ação na Justiça do Trabalho. A 3ª Turma do TST não conheceu do recurso de revista e manteve a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, favorável ao empregado, por entender que a determinação de uso de uniforme com logotipos de produtos comercializados pela empresa, sem que haja concordância de empregado, ou compensação pecuniária, viola o direito da imagem do trabalhador, conforme dispõe o artigo 20 do Código Civil.

EM ALTA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança hoje um novo recurso para evitar prisões ilegais, que ocorrem quando pessoas são detidas depois que a pena que receberam perdeu validade. Chamado **CALCULADORA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA**, ficará acessível no Portal do CNJ.

VIRGÍNIA SOUZA

Médica reafirma inocência e diz acreditar na Justiça

A médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de antecipar mortes em uma das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, voltou a dizer que o tempo vai mostrar a sua inocência. A médica falou rapidamente com a imprensa, ontem, quando deixava o Tribunal do Júri, onde foi receber orientação sobre os procedimentos para manter-se em liberdade.

“Saio confiante na Justiça. A verdade vai aparecer”, disse na saída do Tribunal ao lado de seu advogado, o criminalista Elias Mattar Assad. Virgínia, contudo, não pode dar detalhes, já que a investigação segue em sigilo. Ainda no seu rápido depoimento, Virgínia disse que sua defesa se baseia no “exercício da medicina”.

Seu advogado, porém, foi enfático. Mattar Assad disse que tem elementos que podem provocar uma reviravolta no caso. Assad não adiantou que fatos seriam, mas que em dez dias a verdade virá à tona. O advogado relatou que sua equipe teve acesso a detalhes da operação, e que ele verificou irregularidades que vai denunciar em breve.

A médica já havia se apresentado ao Tribunal do Júri na semana passada, para cumprir obrigação de apresentação mensal imposta pelo Juiz Daniel Surdi de Avelar, quando assegurou para a acusada o direito de responder o processo em liberdade.

02 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

“TUDO AQUI”

Secretário será recebido à portas fechadas

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), anunciou ontem que o secretário de Estado do Planejamento, Cassio Taniguchi, vai à Casa amanhã, às 10 horas, para explicar, o programa “Tudo Aqui”, uma Parceria Público Privada pelo qual o Executivo pretende delegar à iniciativa privada, serviços como a emissão de documentos, em nove centros de atendimento ao público. A reunião, porém, será a portas fechadas, na sala da Presidência da Assembleia, sem acompanhamento da imprensa.

Na semana passada, Traiano comandou votação que rejeitou requerimento da bancada de oposição, por 25 votos a 17, que convidava Taniguchi a ir até o Legislativo para esclarecer dúvidas sobre o programa. Na ocasião, o líder governista alegou que não poderia agir “sob pressão”, dos oposicionistas, e assumiu o compromisso de trazer o secretário à Casa para conversar com os deputados sobre o assunto.

Segundo o governo, o “Tudo Aqui” vai reunir 171 serviços públicos estaduais, federais e municipais, em estruturas físicas unificadas na capital e em cidades pólo do Paraná. O projeto, segundo o líder do governo, vem sendo objeto de uma “polêmica artificial” articulada pela bancada da oposição. Segundo Traiano, o sensacionalismo da oposição e as suspeitas infundadas que vem levantando sobre o projeto demonstram uma combinação de “desinformação e má fé”.

A centralização de serviços – da forma que vai se fazer no Paraná – não é uma invenção deste governo, lembrou o tucano. Projetos semelhantes estão funcionando em diversos Estados brasileiros, inclusive em alguns governados pelo PT, como a Bahia, onde tem enorme apoio popular, disse ele. Em São Paulo, uma pesquisa realizada no mês de fevereiro revela que o projeto, que lá é conhecido como Poupatempo, tem o apoio de 98% da população.

Traiano propôs ainda que se formasse uma comissão de parlamentares para que fossem a São Paulo conhecer o Poupatempo. “Estamos cansados de ouvir teorias conspiratórias, suspeitas infundadas e delírios ideológicos. Quem quiser conhecer o projeto em pleno funcionamento poderá ir até São Paulo e ver o programa funcionando”, alegou.

O líder da bancada de oposição, deputado Tadeu Veneri (PT), avisou que não vai à reunião com Taniguchi. E anunciou a intenção de apresentar novo requerimento, desta vez para convocar o secretário à Casa.

“Eu não vou. Seria ridículo como deputado me submeter a uma reunião fechada. Porque ele tem que vir aqui então, se não poderá ter imprensa, ou notas taquigráficas? Porque os deputados não vão na casa dele ou não própria secretaria?”, questionou o petista.

Além da convocação de Taniguchi, Veneri apresentou ontem dois pedidos de informação sobre o “Tudo Aqui”. O primeiro requeria cópia da ata da au-

diência pública realizada em 31 de janeiro no Palácio das Araucárias para tratar o tema; as formas de divulgação e publicação do Edital de Licitação e em quais jornais e datas se deram as informações necessárias para a publicidade da matéria; quais empresas disponíveis no mercado com capacidade para participar da licitação e ainda informações sobre a base de cálculo para se determinar os valores dos serviços que chega a soma estimada de R\$ 2,9 bilhões que serão investidos no programa. Outro pedia cópias de uma série de documentos relativos ao processo licitatório. Entre eles, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro dos exercícios em que irão vigorar o contrato de parceria público-privada; declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela administração pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual e ainda estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública. Todos os requerimentos foram rejeitados.

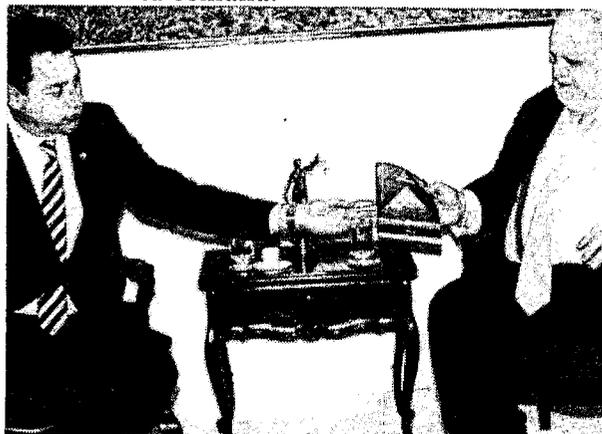
02 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Sérgio Souza organiza ato público pelo TRF no Paraná

O senador Sérgio Souza (PMDB), organizou para hoje, às 11 horas, um ato público pela Criação dos Tribunais Regionais Federais, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. O evento é coordenador no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs, e pelo deputado federal, Amauri Teixeira (PT-BA).

A votação das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 42/2012, que cria um tribunal federal no Paraná, de autoria de Sérgio Souza, e as PECs 86/2011 (Manaus), 46/2012 (Belém), a 61/2012 (Fortaleza), estão previstas para ocorrer ainda esta semana.



Souza reuniu-se com o ministro Félix Fischer, presidente do STJ

02 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Advogado de médica da UTI promete revelações

O advogado Elias Mattar Assad, que defende a ex-chefe da UTI Virgínia Helena Soares de Souza, prometeu, ontem, divulgar uma "bomba" capaz de mudar os rumos judiciais no Caso Evangélico. A declaração aconteceu durante a apresentação da Dra. Virgínia ao Tribunal do Júri de Curitiba, condição imposta pelo juiz da Segunda Vara, Daniel Surdi de Avelar, para colocá-la em liberdade.

Segundo Assad, nos dias que antecederam a Páscoa a sua equipe recebeu uma ligação de São Paulo com detalhes da operação que desencadeou o caso. "Se a Polícia Civil e o Ministério Público trabalham com denúncias anônimas, a defesa também pode preservar a identidade do seu denunciante, mas eu garanto que as autoridades do estado foram muito bem manipuladas", afirmou.

02 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Cresce número de garotas no mundo do crime

Levantamento da Delegacia de
Homicídios revela aumento
de 51,6% nas apreensões
de meninas em Londrina

Londrina – A participação de duas adolescentes no latrocínio que vitimou o empresário José Luiz de Souza, semana passada em Londrina, é apenas mais uma prova do envolvimento cada vez maior de garotas no mundo do crime.

Levantamento da Delegacia de Homicídios revela aumento de 51,6% nas apreensões de adolescentes do sexo feminino na cidade. Em 2011 foram abertos 89 procedimentos envolvendo garotas. Esse número saltou para 135 no ano seguinte. Em 2012, os procedimentos envolvendo garotas representaram 12,8% do total na Delegacia do Adolescente.

“É a banalização da criminalidade e da violência entre jovens em geral. O que pode estar motivando o aumento (de adolescentes do sexo feminino no crime) é que elas levantam menos suspeita da polícia e isso acaba facilitando ações”, acredita o delegado Marcos Rubira.

“A inserção das adolescentes está intimamente ligada ao consumo de drogas. São aliciadas e depois passam a traficar”, descreveu o promotor substituto da Vara da Infância e Juventude, Leandro Antunes Meireles Machado.

Na contramão deste crescimento está a abertura de vagas no sistema de socioeducação – o número atual (1,1 mil) é igual ao deixado pelo governo anterior. O Paraná tem 41 vagas para internação feminina, divididas entre as cidades de Ponta Grossa e Curitiba, locais que podem abrigar adolescentes londrineses, mas descumprem a distância mínima de 150 quilômetros determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com a assessoria da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, as unidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Curitiba e Londrina têm “flexibilidade” e dependendo da “necessidade” podem destinar alas para adolescentes apreendidas provisoriamente.

A unidade 1 do Centro de Socioeducação (Cense) de Londrina, com capacidade para abrigar 85 adolescentes provisórios, destina oito vagas para garotas. E, se acordo com a assessoria, “há vagas”.

Porém, a “flexibilidade” não encontra ressonância em outros órgãos. “Não foi concebido desta forma, não foi construído para meninas”, lamentou o promotor Leandro Machado.

As duas adolescentes acusadas de participação no latrocínio do empresário ficaram menos de 24 horas internadas. Por serem réis primárias e seus familiares terem residência fixa, foram liberadas durante o final de semana pela Justiça.

“Além da falta de punição, essa medida acaba proliferando o crime entre as adolescentes infratoras. Dá a sensação de impunidade, além de descrédito aos órgãos públicos”, criticou o delegado Marcos Rubira.

A Vara da Infância e Juventude não tinha levantamento sobre a proporção de procedimentos entre garotos e garotas. A Secretaria da Família também não tinha nenhum dado oficial e alegou “estudos” estão sendo elaborados. Por enquanto, o governo não planeja construir unidade socioeducativa exclusivamente feminina.

02 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Confusão em Curiúva

A Justiça de Curiúva (Norte Pioneiro) anulou a sessão da Câmara de Vereadores que elegeu a Mesa Diretora da Casa, realizada no dia 1º de janeiro, dia da posse dos vereadores. O mandado de segurança foi concedido pela juíza Karine Pereti de Lima Antunes, acatando os argumentos do vereador José Manoel Gabriel Bueno (PTB). Ele alegou que a Lei Orgânica do Município determina que a eleição para a presidência do Legislativo seja realizada no dia seguinte à posse. Diz ele ainda que, conforme Regimento Interno da Câmara, em caso de empate, nova eleição deve ser encaminhada. Contudo, depois de empate entre dois candidatos em quatro votos, houve a posse do mais idoso, Antonio Carlos Piazzentin dos Santos (PMDB).

Novas eleições

Na sentença, a juíza escreveu que a Lei Orgânica do Município de Curiúva possui hierarquia sob o Regimento da Câmara. Conforme trecho da Lei, citado na sentença, "no dia imediato à sessão de instalação, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso", para a eleição da Mesa. Segundo a juíza, até nova eleição, a Câmara de Curiúva deverá ser presidida pelo vereador que conduziu a sessão de instalação (no dia 1º de janeiro), Jorge Ferreira (PT). Cabe recurso.

INFORME

Seleção suspensa 1

A Corregedoria-Geral do Tribunal de Contas (TC) do Paraná suspendeu o processo de seleção da empresa encarregada de prestar o serviço de seguro de vida dos servidores municipais de Curitiba. Promovido pelo Instituto Municipal de Administração Pública (Imap), autarquia que integra a administração indireta municipal, o Edital de Chamamento 001/2013 prevê o repasse de quase R\$ 17 milhões à empresa selecionada, que teria a exclusividade na gestão do serviço por 12 meses. O Imap tem 15 dias para apresentar defesa.

Seleção suspensa 2

O corregedor-geral do TC, conselheiro Ivan Bonilha, aceitou representação feita pela Companhia de Seguros Previdência do Sul, empresa com sede em Porto Alegre e participante do certame. A principal ilegalidade apontada foi a utilização da modalidade de credenciamento, em vez de processo licitatório, para a contratação do serviço. Na avaliação do corregedor-geral, o credenciamento não é a modalidade adequada para esse tipo de contratação. "O credenciamento é cabível nas hipóteses em que não interessa à administração a competição entre os interessados", escreveu Bonilha em seu despacho. O certame ficará suspenso até que o Pleno do TC julgue o mérito da representação.

Oito são presos por mortes de agentes

Curitiba - Oito pessoas foram presas suspeitas de envolvimento em mortes de agentes penitenciários em Curitiba. As prisões ocorreram durante as semanas posteriores aos casos de homicídio, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, e foram anunciadas ontem pela pasta.

As oito pessoas foram identificadas como autores de dois homicídios e uma tentativa de homicídio contra os agentes penitenciários. A prisão é temporária (por 30 dias) e o inquérito é conduzido pela Delegacia de Homicídios da capital.

Segundo a Sesp, alguns dos suspeitos moravam nos mesmos bairros onde foram mortos os agentes e outros eram ex-presidiários. A motivação do crime ainda não está esclarecida.

A primeira morte de um agente penitenciário ocorreu no dia 13 de março, no bairro Cidade Industrial de Curitiba. Valdecir Gonçalves da Silva, de 35 anos, foi morto dentro de casa, com dez tiros. O segundo caso aconteceu no bairro Boa Vista, no dia 18 de março. Walmir Prestes da Silva, de 47 anos, foi executado por homens que passaram em um veículo prata. A vítima trabalhava na Penitenciária Estadual de Piraquara.

02 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Eleitor faltoso 1

Os eleitores que não votaram nas últimas três eleições têm até o dia 25 de abril para regularizar a situação cadastral e evitar o cancelamento do título. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cerca de 1,5 milhão de pessoas podem perder o título. Além de perder o cadastro na Justiça Eleitoral, o eleitor com o título cancelado não pode tirar passaporte ou documento de identidade, receber salários se trabalhar para o poder público e obter certos tipos de empréstimos e inscrições. Também não pode assumir um emprego público, se matricular em um estabelecimento de ensino público ou conseguir documentos em repartições diplomáticas.

Eleitor faltoso 2

O eleitor pode consultar sua situação na página do TSE na internet. Se um eleitor deixou de votar no primeiro e no segundo turno de uma mesma eleição, já serão contadas duas eleições para efeito de cancelamento. Os eleitores de 16 a 18 anos e com mais de 70 anos não estão nesta lista. A Justiça Eleitoral também está fazendo uma campanha pela televisão e pelo rádio para incentivar os eleitores a regularizar a sua situação.

Cartórios vão emitir certidões eletrônicas

Londrina - Os Cartórios de Registro Civil da região de Londrina já poderão emitir certidões de nascimento, casamento e óbito por meio eletrônico. A nova iniciativa possibilitará ainda ao cidadão localizar pela internet o cartório onde se encontra sua certidão civil, ao mesmo tempo em que permitirá ao usuário baixar o documento pela internet, recebê-lo em casa ou ainda retirá-lo no cartório mais próximo de sua residência. O sistema que entra em operação hoje em Londrina e demais municípios da região e será expandido gradualmente para as demais regiões do Estado.

OPINIÃO DO LEITOR

PEC 37

Precisamos urgentemente defender a bandeira do Ministério Público investigativo, visto que o mesmo tem levantado várias ações contra a corrupção desenfreada que assola o País. Os políticos que votarem a favor desta aberração deverão ser totalmente investigados e cassados seus direitos políticos para todo o sempre.

ANTONIO DOS SANTOS JOTA (corretor de imóveis) – Londrina

02 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Médica acusada de mortes diz confiar na Justiça

Curitiba - A médica Virgínia Soares, acusada de antecipar mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, falou ontem pela primeira sobre as acusações desde o início das investigações. Ela disse confiar na Justiça após a sua segunda apresentação ao Tribunal do Júri de Curitiba, desde que foi solta, no dia 20 de março.

Ao sair do Tribunal do Júri, a médica, amparada pelo advogado de defesa, disse que é necessário tempo para que a situação se esclareça. "A verdade requer tempo e vai aparecer. (Eu me sinto) com confiança na Justiça", declarou. Para se defender das acusações perante o juiz, Virgínia disse que vai alegar "exercício médico" nas mortes investigadas.

Esta foi a segunda vez que a ex-chefe da UTI geral do Hospital Evangélico de Curitiba se apresentou no Tribunal do Júri da capital. O advogado de defesa, Elias Mattar Assad, afirmou que ela terá que cumprir essa obrigação uma vez ao mês. A médica já havia comparecido ao Tribunal no final de março. "Ela tem todas as regalias da cidadania, com algumas restrições, entre elas: não viajar por mais de oito dias sem comunicar o juízo e evitar conversar sobre o processo de conteúdo sigiloso com terceiros", disse o advogado, sobre a situação da suspeita após deixar a prisão.

Assad disse ainda que não acredita na volta dela à prisão. O Ministério Público fez no final de março um novo pedido de prisão contra a médica. "O MP pediu apenas a prisão da Virgínia e não dos outros envolvidos", afirma. Ele ainda defendeu que a apresentação dela à Justiça é uma prova de que a médica merece um voto de confiança.

02 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Taniguchi nega favorecimento do Shopping do Cidadão

Estudo servirá para
a iniciativa privada assumir a
prestação de 171 serviços
públicos no Paraná

Curitiba - Cassio Taniguchi disse ontem à imprensa que não houve favorecimento da empresa Shopping do Cidadão Serviços de Informática Ltda., responsável pelo estudo de viabilidade do Programa "Tudo Aqui Paraná". O secretário de Estado do Planejamento falou com os jornalistas no começo da noite, após duas semanas de críticas da oposição na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. O estudo feito pela Shopping do Cidadão embasará licitação de R\$ 2,9 bilhões, que repassará a prestação de 171 serviços públicos à iniciativa privada. Nove "centrais de serviços" ficarão responsáveis pelo atendimento da população, sendo três na capital e seis no interior (inclusive Londrina).

A Parceria Público Privada (PPP) durará 25 anos, renováveis por igual período, e o Estado pagará mensalmente à vencedora uma contrapartida estimada em cerca de R\$ 10 milhões. A vencedora ainda não é conhecida, pois a licitação será iniciada no próximo dia 25 de abril, mas o processo é criticado pelo deputado estadual Tadeu Veneri (PT), líder da oposi-

ção na AL. Ele questiona a rapidez com que o governo do Paraná habilitou a empresa Shopping do Cidadão a realizar o estudo de viabilidade (24 horas) e o fato de só ela ter se apresentado para a tarefa.

Taniguchi disse que Veneri está vendo "chifre em cabeça de cavalo" e atribuiu as acusações ao desconhecimento da lei das PPPs. Ele contou para os jornalistas que, após a eleição de Beto Richa (PSDB) para o governo do Paraná, a empresa Shopping do Cidadão procurou a administração para oferecer a prestação desse tipo de serviço, que já constava no plano de governo do tucano. Essas centrais já existem em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, por exemplo, geralmente implantadas por governos do PSDB. "Nós dissemos para eles aguardarem o edital", disse o secretário, lembrando que a lei das PPPs ainda estava sob análise dos deputados estaduais.

Publicada a "manifestação de interesse", quando o Estado pede que empresas se apresentem para prestar determinado tipo de serviço, em 24 horas a empresa Shopping do Cidadão recebeu autorização para iniciar o estudo de viabilidade (base da

futura licitação). "Nós resolvemos credenciar. Se mais alguém quisesse entrar, poderia", rebate Taniguchi. Só que mais nenhuma empresa disputou a prestação desse estudo, a ser remunerado em mais de R\$ 1,36 milhão pela vencedora da PPP. "Não creio que tenha ouvido falta de publicidade", disse o secretário do Planejamento, apesar da publicação ter ocorrido somente em Diário Oficial.

"Depois de terminado o estudo, fizemos a análise, e foi lançada uma concorrência pública. Qualquer um poderá entrar, mesmo não tendo feito um estudo próprio de viabilidade. Se alguém oferecer proposta melhor que a original, ganha", disse Taniguchi, que irá se reunir com os deputados estaduais amanhã pela manhã, em reunião fechada na sala da presidência.

02 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Evangélico

Médica é avaliada por equipe técnica do Tribunal do Júri. Laudo pode influenciar decisão de manutenção da liberdade dela

Perfil psicossocial

Elaine Felchacka e Giselle Ulbrich

A médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada de sete homicídios na UTI do Hospital Evangélico, foi avaliada ontem por uma equipe técnica do Tribunal do Júri, composta por psicólogos e assistentes sociais. A avaliação, explicou o advogado dela, Elias Matar Assad, é um pedido do juiz, que quer juntar ao processo um perfil psicossocial da acusada.

O perfil pode, de alguma forma, influenciar na decisão do juiz em manter ou não a liberdade de Virgínia. Logo que ela foi solta, em 20 de março, o Ministério Público recorreu da decisão e solicitou que a médica voltasse à cadeia. Espera-se que o juiz tome esta decisão hoje ou amanhã, já que o prazo para este julgamento se encerra nesta quarta-feira.

Além deste encontro com a equipe técnica ontem, Virgínia já esteve no Tribunal do Júri, na semana passada, para se apresentar ao juiz e dar conta de suas atividades. Esta foi uma das restrições impostas pelo juiz, para que Virgínia possa continuar em liberdade. Durante o processo, ela deverá continuar se apresentando no Tribunal do Júri toda última quinta-feira do mês.

Denúncia

Assad afirmou que vai apresentar novidades na tese de defesa, com revelações que mostram uma forte influência política, na determinação dos motivos que levaram o Ministério Público a iniciar as investigações dos procedimentos usados pela médica, na UTI do Hospital Evangélico.

“Há provas disso tudo, há coisas acontecendo que ninguém acredita. Eu diria que foi usado poder político de influências para atingir um bem maior de fundo econômico, financeiro”, disse o advogado, sem detalhar qual a novidade descoberta por ele em relação ao caso.

Uma das provas a que ele se refere é uma carta, escrita por um denunciante em São Paulo, que será anexada à defesa prévia da acusada, até a semana que vem. Depois de protocolar o documento, o advogado promete revelar o conteúdo da carta que, segundo Assad, vai dar um reviravolta no caso.

Na saída do Tribunal do Júri, ontem, Virgínia falou pela primeira vez com a imprensa. Reafirmou que é inocente e que está confiante.

02 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Inquérito apura morte na PCE

O delegado de Piraquara Osmar Neves Feijó instaurou inquérito, na manhã de ontem, para apurar a morte do agente penitenciário Milton Cezar Luciani (e não Luiz Antônio Nizer, segundo informou a própria delegacia no domingo), que foi encontrado morto na casa de máquinas da Penitenciária Central do Estado (PEC), na última sexta-feira.

"Como houve as duas mortes recentes de agentes, cria-se essa expectativa diante das informações de que seja um novo crime. Fomos informados que foi um fato isolado, por enquanto", explicou Feijó.

A polícia quer apurar se a morte foi mesmo suicídio. Esta semana, o delegado vai começar a ouvir familiares, colegas de trabalhos e até diretores da penitenciária.

Demora

Sem ter sido acionado de imediato, o delegado está com dificuldades para acelerar a investigação. "Se tivéssemos ido até lá, se tivéssemos nos acionado, já teríamos adiantado muitas coisas no local mesmo. Mas nem comunicados da morte fomos. Comecei a tomar conhecimento porque a família veio fazer o boletim de ocorrência para liberação do corpo", contou o delegado.

Danos morais

A União foi condenada a pagar R\$10 mil de indenização por danos morais a um trabalhador impedido de participar de audiência na Justiça do Trabalho de Cascavel por estar vestindo camiseta regata. O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) considerou que houve humilhação e adiamento da audiência por motivo banal.

02 ABR 2013

METRO

'Saio confiante na Justiça', afirma a médica Virgínia

A ex-chefe da UTI do Hospital Evangélico Virgínia Soares de Souza se apresentou ontem novamente ao Tribunal do Júri de Curitiba, como deve fazer todo mês por decisão do juiz Daniel Surdi de Avelar.

Na saída, ela falou pela primeira vez com a imprensa. "Saio confiante na Justiça. A verdade requer tempo e ela vai aparecer", afirmou Virgínia.

O advogado dela, Elias Mattar Assad, disse que nos próximos dias vai fazer uma grave denúncia a respeito das investigações. "Essa operação teve um comando por São Paulo, não começou por aqui, e nós vamos relevar os bastidores vergonhosos que nortearam esse processo na fase policial", adiantou.

Ele não quis dar detalhes por enquanto. "Eu prefiro aguardar a entrega da defesa preliminar onde nós vamos abrir formalmente. Mas quero lembrar que como o MP (Ministério Público) tem testemunhas sigilosas, nós também temos.



Médica esteve ontem no Tribunal do Júri | RODRIGO FÉLIX LEAL/METRO CURITIBA

Como o MP falou em denúncia anônima, nós também temos, mas a nossa é fidedigna e dá detalhes que podem ser encontrados documentos em determinados locais", disse Mattar Assad.

A médica Virgínia é suspeita de antecipar a morte de pacientes na UTI Geral do hospital e foi denunciada pelo MP por sete homicídios.

02 ABR 2013

METRO

MPF processa Caixa por 'venda casada' em crédito

O MPF (Ministério Público Federal) no Espírito Santo informou ontem que ajuizou uma ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal para impedir a realização, em qualquer exigência, de aquisição de produtos e/ou serviços, como condição para análise e concessão de financiamentos imobiliários - a chamada "venda casada". A ação pede multa de R\$ 10 mil por consumidor lesado e pagamento de R\$ 10 milhões por dano moral coletivo.

De acordo com o MPF, o banco utiliza a venda casada para ampliar a comercialização de itens de seu portfólio sem qualquer relação de dependência com a concessão de crédito imobiliário. A ação ainda pede que sejam inseridas informações sobre os atos que constituem "venda casada" nos contratos de financiamento firmados com o banco.

O ministério ainda quer que "seja declarado como venda casada qualquer ação que indique, revele ou insinue a necessidade de aquisição concomitante de outro produto/serviço, sob pena de tratamento menos vantajoso ao consumidor".

Em nota, a Caixa informou que ainda não foi citada no processo, mas afirmou que não pratica "venda casada".

Mensalão. Sem um voto, acórdão é adiado

O STF (Supremo Tribunal Federal) descumpriu o prazo para publicação do acórdão do mensalão, prevista para ontem, o que pode comprometer o início do cumprimento das penas dos 25 condenados. Mais antigo ministro da Corte, Celso de Mello foi o único a não entregar a revisão do voto. Ele pretende fazer a entrega esta semana.

O presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, havia comunicado a todos os ministros a decisão de concluir o processo no prazo.

Sem o acórdão, uma espécie de resumo da sentença, o processo se estenderá. Nenhum dos 25 condenados poderá ainda apresentar um recurso à decisão. Os chamados embargos devem ser apresentados em até cinco dias após a publicação. Um grupo de 15 advogados tenta estender o prazo em duas semanas, mas o pedido deve ser negado.

A previsão de Barbosa é julgar os recursos e determinar as prisões ainda no primeiro semestre, mas o atraso comprometerá o cronograma.